

## Violência contra as mulheres Movimentos questionam as políticas governamentais

Até o próximo dia 18 de julho, o Comitê CEDAW estará analisando se o governo brasileiro está cumprindo obrigações internacionais para a prevenção e eliminação da violência contra as mulheres. Neste sentido, representantes de redes e articulações nacionais de mulheres levaram ao Comitê o caso da química Maria da Penha Maia Fernandes.

Em 1983, Maria da Penha Maia levou tiros nas costas, enquanto dormia, o que a deixou paraplégica. Passados quase 20 anos do crime praticado, pelo então seu marido, o Judiciário brasileiro ainda não proferiu decisão final sobre o processo. O caso foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 1998, que recomendou ao Estado brasileiro diversas medidas, entre elas: a simplificação dos processos judiciais criminais, uma legislação apropriada e a ampliação do número de delegacias especializadas.

O governo brasileiro cumpriu parcialmente as recomendações, fazendo a execução criminal do autor da violência. Porém, faltam políticas efetivas, inclusive uma legislação sobre violência doméstica, não apenas para o caso Maria da Penha, mas perante a crescente violência de gênero, no Brasil. O caso de Maria da Penha foi apresentado para o Comitê CEDAW, neste período quando é analisado por esse Comitê o relatório da sociedade civil sobre o cumprimento da CEDAW por parte do governo brasileiro.

Este ano, a Marcha das Margaridas (Brasília, 26 de agosto) irá recordar outro crime contra a mulher que está completando 20 anos: o assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves (Alagoa Grande-PB, 1983). A mobilização é organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), pelas Federações estaduais de trabalhadores na agricultura e pelos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Para saber mais sobre o caso de Maria da Penha, acesse o site [www.agende.org.br](http://www.agende.org.br); e fique por dentro da Marcha das Margaridas consultando <http://marchamargaridas.contag.org.br/index.html>.

O Fórum de Mulheres de Pernambuco está organizando uma série de ações de repúdio à ineficácia do Poder Público no combate à violência. De acordo com o Ministério Público do Estado, 41 mulheres foram assassinadas no primeiro semestre de 2003. Mais de uma por semana, com crimes cada vez mais cruéis e caracterizados como crimes de ódio.

Em carta aberta dirigida a diversas autoridades, o Fórum enfatiza a responsabilidade dos governos, no plano estadual e dos municípios. Até o momento, as autoridades só se manifestam para se defenderem de acusações de negligência. O documento está sendo enviado pela Internet às autoridades e será entregue no Palácio do Governo estadual, ao final de uma passeata das mulheres e ativistas de entidades de direitos humanos, no próximo dia 10.

### Crimes com marca

Enquanto isso, no contexto da Campanha "Por la vida de las mujeres, ni una muerte +" a *Red Feminista Latinoamericana y del Caribe contra la Violencia Doméstica y Sexual* divulga a violência praticada contra as mulheres em outros países da América Latina.

Na Argentina, verifica-se uma grande lista de mulheres vítimas de assassinatos sexuais, muitas delas submetidas a atrocidades, sem que houvesse "enérgica resposta das autoridades políticas e policiais". A classificação das argentinas para os crimes foram: sadismo, encobrimento das autoridades e total impunidade. A opinião da especialista argentina Ana María Fernández é de que para que se sucedam esses crimes é preciso haver um sistema de justiça, de relações políticas que garantam aos autores que não haverá penalidade (...) e um terrorismo de Estado que encubra esses delitos. Não é casual que sejam mulheres pobres as pessoas a quem se pode matar sem custos (...). São marcas de uma cultura onde as normas e formas de convivência determinam a opressão de gênero.

A advogada argentina Haydeé Birgin, presidenta da Equipe Latino-Americana de Justiça e Gênero, defende que o combate à violência doméstica seria mais efetivo se o problema fosse competência do âmbito civil e não do penal. Para ela, "podemos inventar 80 mil programas e 10 mil leis, porém enquanto não conseguirmos a condenação social do torturador ou assassino que viola os direitos humanos, não se poderá erradicar a violência doméstica na América-Latina.

Em El Salvador, a coordenadora do movimento de mulheres, Mérida Anaya de Montes, informou que, em 2002, cerca de 238 mulheres morreram vítimas de violência sexista. Todas foram mortas por seus parentes e tinham entre 16 e 54 anos. Segundo a Agência Adital, os crimes de natureza sexual correspondem a 85,9% dos crimes contra as mulheres, nesse país.

No México, durante os anos 2000 e 2002, no Estado de Nuevo León, uma mulher foi assassinada a cada treze dias por seu marido, companheiro, namorado ou amigo. As cifras são parte de um estudo sobre feminicídio realizado por equipe multidisciplinar, com apoio da agência informativa Comunicación e Información de la Mujer (CIMAC) en Nuevo León. Em 50% dos casos prevaleceu a violência intrafamiliar.

No Brasil, poderemos ter uma visão do quadro nacional a partir do monitoramento da violência contra a mulher que está sendo feito por fóruns, núcleos e articulações estaduais, numa ação coletiva da AMB.

## Previdência em debate

No debate atual das mulheres sobre a Reforma da Previdência, o CFEMEA segue coordenando a elaboração de emendas ao Projeto do Executivo enviado ao Congresso, a fim de transformar as proposições das mulheres (veja seção CONtextos) em material a ser proposto e defendido por parlamentares aliadas/os dos movimentos.

Recentemente, intelectuais ligadas/os ao PT manifestaram-se em defesa dos sistema público de Previdência pública, bem como contrárias/os à previdência privada complementar, que é proposta no projeto do Executivo, na perspectiva de ser assumida por fundos de pensão. A manifestação das e dos intelectuais aconteceu em junho, na USP, e dela participaram Marilena Chauí, Aziz Ab'Saber, Wilson Cano, Francisco de Oliveira, Warwick Kerr, Octávio Ianni e outras/os. A preocupação expressa na USP coincide, neste ponto, com proposição das mulheres, que defendem o caráter público da Previdência e propõem a criação de fundo público para a sustentação da previdência complementar.

### Sindicalistas

A CUT divulgou 11 pontos para discussão na Comissão Especial que debate a Reforma na Câmara. A Central quer aprofundar os seguintes itens da reforma proposta pelo governo: contribuição de aposentados e pensionistas, paridade ativos-inativos, integralidade dos benefícios; teto de aposentadorias e pensões; fórmula de cálculo; idade mínima; fator previdenciário; alíquota de contribuição; aposentadorias especiais; e fontes de financiamento. Em três desses itens os movimentos de mulheres apresentam propostas para inclusão social.

No quesito alíquota, os movimentos de mulheres defendem a redução da contribuição de trabalhadoras domésticas.

No item aposentadorias especiais, redes e articulações nacionais de mulheres propõem a inclusão de trabalhadoras/es informais como aposentadas/os especiais, tal como acontece com trabalhadoras/es rurais, independente de contribuição. E no capítulo financiamento da Previdência, as mulheres incluem a taxação do lucro e do faturamento das empresas como medida redistributiva de renda e, portanto, mecanismo de justiça social e redutor de desigualdades sociais.

Torçamos para que os Movimentos Sociais sejam aliados em todas as propostas de inclusão social que defendem.

Articulando Eletronicamente Ano II Nº 50 *Coordenação Editorial:* Sílvia Camurça e Carla Batista (Secretaria Executiva AMB). *Jorn. Responsável:* Paula de Andrade (2.214 DRT/PE). *Apoio:* Fundação Ford [amb@soscorpo.org.br](mailto:amb@soscorpo.org.br)

## Fundamentalismos no Maranhão

O Fórum de Mulheres de São Luís promoveu mesa de debates sobre a Campanha contra os Fundamentalismos no último dia 3. Como palestrantes, participaram quatro mulheres. Sílvia Camurça, abriu a discussão, expondo o marco da Campanha e conceitualizando fundamentalismo em suas diversas formas. Em seguida, Mary Ferreira, do grupo Mulheres da Ilha, falou sobre fundamentalismo religioso.

Sandra Torres, presidente do Conselho Municipal da Mulher, focou o fundamentalismo em sua expressão essencialmente política. Encerrando, Helena Heluy, deputada e membro da Comissão de Justiça e Paz, analisou as repercussões do fundamentalismo no campo jurídico e na elaboração das leis, particularmente as que atentam contra os direitos das mulheres.

Iêda Cutrim, representante regional da AMB, coordenou o debate.

## CONtextos

Divulgamos nota distribuída pelo CFEMEA e assinada pela advogada Arryane Queiroz, pesquisadora associada ANIS, que trata da "Honra e Imagem de Pesquisadoras/es Brasileiras", agredidas/os por causa do aborto. A advogada, comenta a ação da entidade Pró-Vida, de Anápolis, e considera lamentável que a violação a direitos fundamentais tem sido a estratégia eleita por grupos extremistas para debater o tema do aborto.

Incluimos também, nessa edição, a Carta Aberta que está sendo distribuída pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco. O Fórum conta com o apoio de todas as organizações de mulheres e com todas/os que defendem os direitos humanos.

Por fim, segue o documento "Propostas das Mulheres para a Reforma da Previdência", que enviamos novamente a pedido, diante do debate atual da reforma.

## Nova Agenda do PPA

Posicionada pela valorização do PPA como instrumento de políticas públicas e de garantia da efetivação de direitos, a AMB divulga a nova agenda das audiências estaduais do Plano Plurianual, para este mês de julho. Em alguns estados, a data ainda deverá ser confirmada.

Dia 02 – Alagoas e Ceará

04 - Piauí

08 – Bahia, Pernambuco, Rio G. do Norte, Paraíba

11 – Maranhão, Sergipe (a confirmar),

15 – Santa Catarina (a confirmar), S. Paulo (a confirmar)

18 - Distrito Federal (a confirmar)

22 - Minas Gerais

22 - Rio de Janeiro (a confirmar)

22 - Espírito Santo

24 - Mato Grosso do Sul

25 – Tocantins (a confirmar)

25 - Roraima